

Colegas, gostaríamos de reforçar o eco de indignação com relação à calamidade sanitária e humanitária que afeta o povo Yanomami e das sucessivas e graves violações de seus direitos. A recente não aprovação de entrada em área indígena do nosso colega da Ensp, Paulo Basta, e outros profissionais, é mais um nas sucessivas omissões e entraves do governo para responder às invasões territoriais e problemas de saúde decorrentes, como a malária, desnutrição, Covid-19 e contaminação por mercúrio, cujos estudos há mais de 20 anos apontam um cenário alarmante.

Já vimos essa tragédia ocorrer no final dos anos 1980 e também nos anos 1990, de modo que não podemos aceitar essa situação. Desde julho de 2020 o movimento indígena, pela APIB e suas entidades, tem acionado o Supremo Tribunal Federal, pela ADPF 709, para que o governo retire os invasores e elabore um Plano de Enfrentamento da Covid-19, e o que temos visto é o descaso, lentidão e inadequação das respostas governamentais. Neste ano, a APIB entrou com pedido novamente na ADPF 709 para a proteção dos povos Yanomami e Mundurucu e retirada dos invasores -, mas a ação foi pífia.

Recentemente, o Ministro Barroso intimou a União, em um prazo de 5 dias, para responder às denúncias recentes veiculadas no programa de TV Fantástico. Ontem a AGU respondeu que entre as respostas estão medidas como a distribuição de cestas básicas para 1.020 famílias Yanomami/Yekwana (numa população de 30 mil) e de 40 filtros de barro.

A própria resposta da AGU enfatiza que os conflitos pelos invasores têm afetado a assistência à saúde, gerando interrupções de atendimento. Fala-se de um grupo de trabalho para apoiar o DSEI Yanomami, mas ao que parece não se promove a necessária articulação interinstitucional (e intersetorial) para dar conta da gravidade da situação, além de pouco envolver os próprios indígenas e suas entidades representativas.

Dessa forma, nos manifestamos afirmando que a União tem que responder a todas as medidas judiciais já decididas pelo STF, os invasores são os principais responsáveis por essa calamidade e devem ser devidamente retirados.

Além disso, é fundamental articular um consistente Plano Emergencial com a participação interinstitucional que se faz necessária em uma situação tão grave, envolvendo organizações indígenas, governo, entidades indigenistas e academia. Toda nossa solidariedade ao povo Yanomami. A União tem que assumir sua responsabilidade. Fim ao genocídio do povo Yanomami!

Ana Lucia Pontes, Ricardo Ventura Santos, James Welch, Andrey Cardoso e Rui Arantes, pesquisadores da ENSP/FIOCRUZ.